

CONCESSÃO DE AUXÍLIOS-DOENÇA PREVIDENCIÁRIOS POR DEPRESSÃO E A VISIBILIDADE DAS DOENÇAS MENTAIS DO TRABALHADOR

CONCESSION OF PREVIDENCIARY ASSISTANCE-ILLNESS FOR DEPRESSION AND THE VISIBILITY OF WORKERS 'MENTAL DISEASES

Luiz Pinto de Paula Filho¹
Ana Carla Vasco de Toledo²

1 Introdução

A depressão tem se apresentado como um dos grandes males que acometem os trabalhadores nos dias atuais. Segundo notícia divulgada pela Agência O Globo, mais de 75 mil pessoas foram afastadas do trabalho por depressão em 2016 (O GLOBO, 2017). Da mesma maneira, dados da Previdência Social apontam mais de 150 mil benefícios previdenciários concedidos por transtornos mentais e comportamentais entre os anos de 2013 a 2016 (BRASIL, 2015 e 2016), destacando-se que entre os anos de 2015 a 2017 foram concedidos mais de 60 mil auxílios-doença previdenciários especificamente por depressão (BRASIL, 2015 a 2017), indicando como esta patologia tem incidido sobre trabalhadores de todo o Brasil. Neste aspecto, visa o presente trabalho apresentar dados atualizados sobre a concessão de benefícios previdenciários de auxílios-doença em decorrência de depressão e, como estas informações podem lançar luz sobre a condição da saúde mental do trabalhador e sua importância para concretização de medidas protetivas que diminuam a incidência desta doença sobre obreiros e obreiras.

2 Métodos

Para elaboração deste trabalho foi utilizado o método indutivo. Trata-se de processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. O objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões

¹ Advogado. Mestrando em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Professor de Direito da Faculdade Bertoga (FABE). E-mail: depaulalaw@uol.com.br

² Advogada, Doutora em Direito Ambiental Internacional e Mestre em Direito Internacional. Professora de Direito Civil na Faculdade de Bertoga. Membro do Grupo de Pesquisas Direitos Humanos e Direitos Sociais, sob a coordenação do Prof. Marcelo Lamy (Universidade Santa Cecília de Santos - UNISANTA). E-mail: anacarla@alopias.com.br

cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (LAKATOS, MARCONI, 2007). Utilizou-se como método de abordagem a pesquisa qualitativa, a requerer do pesquisador leitura imparcial de dados; os objetivos da presente pesquisa são explicativos; seus procedimentos técnicos se baseiam em pesquisa bibliográfica, normativa e documental.

3 Resultados.

Foram analisados Anuários Estatísticos da Previdência Social dos anos de 2015 e 2016 (BRASIL, 2015 e 2016), com dados de 2013 a 2016, que revelaram haver elevado número de auxílios-doença previdenciários concedidos neste período por conta de transtornos mentais e comportamentais, como se infere das tabelas abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de auxílios-doença concedidos, segundo capítulos da CID - 2013/2015

CAPÍTULOS DA CID	Anos	QUANTIDADE DE AUXÍLIOS-DOENÇA CONCEDIDOS					
		Cienteia					
		Urbana			Rural		
		Total	Sexo		Total	Sexo	
Masculino	Feminino		Masculino	Feminino			
V – Transtornos mentais e comportamentais	2013	209.218	101.775	107.443	6.943	3.180	3.763
	2014	202.985	96.758	106.227	6.945	3.062	3.883
	2015	156.895	73.529	83.366	5.051	2.199	2.852

Fonte: Elaborado pelo Autor, com dados do AEPS 2015 (BRASIL, 2015)

Tabela 2 - Quantidade de auxílios-doença concedidos, segundo capítulos da CID - 2014/2016

CAPÍTULOS DA CID	Anos	QUANTIDADE DE AUXÍLIOS-DOENÇA CONCEDIDOS					
		Cienteia					
		Urbana			Rural		
		Total	Sexo		Total	Sexo	
Masculino	Feminino		Masculino	Feminino			
V – Transtornos mentais e comportamentais	2014	202.985	96.758	106.227	6.945	3.062	3.883
	2015	156.895	73.529	83.366	5.051	2.199	2.852
	2016	178.613	81.063	97.550	6.423	2.737	3.686

Fonte: Elaborado pelo Autor, com dados do AEPS 2016 (BRASIL, 2016)

Vê-se das referidas tabelas que entre os anos de 2013 a 2016 foram concedidos mais de 150 mil benefícios de auxílios-doença previdenciários por conta de transtornos mentais – entre estes está a depressão. Os dados revelam mais de 200 mil benefícios previdenciários concedidos em 2013 e 2014; redução deste número em 2015 (156.895), e; aumento no ano de 2016 (178.613). Verifica-se também destes dados haver maior afastamento de mulheres - tanto no campo, quanto na cidade -, por conta

destas patologias. A pesquisa realizada analisou ainda dados disponibilizados pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, 2015 a 2017) que apresentam números de auxílios-doença previdenciários concedidos mensalmente entre os anos de 2015 a 2017. Foram analisados dados específicos relacionados à depressão (embora a doença se manifeste de maneira mais ampla), conforme Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Acompanhamento Mensal de Auxílios-Doença Previdenciários segundo Códigos da CID-10

F32 - EPISÓDIOS DEPRESSIVOS				F33 - TRANSTORNO DEPRESSIVO RECORRENTE		
ANOS	2015	2016	2017	2015	2016	2017
MESES						
JAN	3.861	3.329	3.307	1.515	1.434	1.426
FEV	3.530	4.560	3.222	1.487	1.915	1.475
MAR	4.894	5.720	4.132	2.045	2.432	1.954
ABR	3.907	4.678	3.225	1.831	2.169	1.537
MAI	3.959	4.770	4.025	1.792	2.221	1.952
JUN	4.398	4.702	3.977	1.860	2.156	1.799
JUL	3.695	3.752	3.267	1.537	1.685	1.634
AGO	3.403	4.155	4.279	1.421	1.912	2.099
SET	2.807	3.744	3.766	1.125	1.655	1.881
OUT	2.873	3.567	3.047	1.239	1.447	1.520
NOV	3.030	3.597	3.795	1.338	1.608	1.856
DEZ	2.734	3.183	3.286	1.251	1.444	1.615
TOTAL	43.091	49.757	43.328	18.441	22.078	20.748

Fonte: Elaborado pelo Autor, com dados do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2015 a 2017)

A Tabela supracitada aponta como, nos anos de 2015 a 2017, foram concedidos mais de 60 mil benefícios previdenciários por conta de depressão (episódios depressivos e transtorno depressivo recorrente) - somando-se as duas doenças verificadas -, implicando na concessão de mais de **cento e sessenta auxílios-doença por dia em decorrência da depressão**, demonstrando como esta doença tem atingido milhares de trabalhadores anualmente e desafia resposta do Estado para mitigá-la, enquanto questão de saúde pública.

4 Discussão

Os elevados números apresentados indicam que a depressão, enquanto questão de saúde mental do trabalhador, não pode mais ser tida como invisível. Embora prevista como causa de afastamento do trabalho no Decreto 3.048/1999 (BRASIL, 1999), ainda não encontra guarida suficiente nas políticas públicas de saúde

do trabalhador e no Poder Judiciário. Sueli Teixeira destaca que a depressão encontra dificuldades para ser reconhecida como doença do trabalho (TEIXEIRA, 2007, p. 39), a prejudicar o reconhecimento da responsabilidade de empregadores no adoecimento dos trabalhadores. Da mesma forma, a precarização do trabalho, em contextos onde predominam trabalhadores pobres e de pouca escolaridade, estabelecem vulnerabilidade maior ao adoecimento e prolongam situação desgastante que causa esgotamento e depressão em trabalhadores (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241). Ainda, segundo estudos epidemiológicos, o acúmulo de eventos de vida estressantes - incluídos o início em um novo emprego e mudanças nas condições de trabalho -, contribuem para episódios de depressão; quadros de desemprego também são fator de risco consolidado para depressão no mundo do trabalho, de maneira que a falta de emprego e a insegurança nele são variáveis comprovadamente determinantes dos índices de depressões (JARDIM, 2011, p. 87). Deveras, Teixeira destaca que o trabalho de teleatendimento tem sido um dos que mais apresentam índices de crescimento de transtornos psíquicos, dada a precarização havida neste mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2012, p. 122). Daí Hashizume observar haver uma “violência simbólica” institucionalizada nas corporações de trabalho, mediante capitalização do humano e mercantilização de direitos, infringindo a ética das relações elaborais e exigindo debate público com trabalhadores, especialistas, gestores de corporações e governo (HASHIZUME, 2014, p. 148). Apenas assim se superará a invisibilidade que permeia as doenças mentais do trabalho e se concretizará a dignidade humana que deve reger, inclusive, as relações laborais.

5 Considerações finais

Este trabalho procurou demonstrar que a depressão tem causado afastamento de trabalhadores de seus postos de trabalho. Os elevados números constatados indicam ter esta patologia se tornado problema de saúde pública, e que sua ocorrência não pode mais ser desprezada e tida como invisível, como observado por autores que se debruçaram sobre este tema (TEIXEIRA, 2012). Apenas com o devido enfrentamento desta questão por sociedade e Estado será possível encontrar

uma solução, pois, se o trabalho não é nosso único valor, ocupa certa centralidade quanto nossa subsistência, inserção social e constituição subjetiva, num mesmo laço (JARDIM, 2011, p. 90).

Palavras-chave: Auxílios-doença previdenciários; Depressão; Doenças Mentais; Visibilidade; Trabalhador.

Keywords: Previdenciary Assistance-Illness; Depression; Mental Diseases; Visibility; Worker.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Anuário Estatístico da Previdência Social 2016.* Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/AEPS-2016.pdf> > Acesso em: 11 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Anuário Estatístico da Previdência Social 2015.* Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf> Acesso em: 11 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. *Auxílios-doença acidentários e previdenciários concedidos segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10.* Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatsticas/tabelas-cid-10/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. *As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.* **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=en&nrm=iso Acesso em: 03 out. 2018.

HASHIZUME, Cristina Myuki. *Violência simbólica no trabalho: considerações exploratórias sobre a nova ontologia do trabalhador na pós-modernidade.* *Ambivalências – Revista do Grupo de Pesquisas “Processos Identitários e Poder” – GEPIIP*, v. 2, n. 4, p. 137-150, Jul-Dez./2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3601/3080>. Acesso em: 11 nov. 2018.

JARDIM, Sílvia. *Depressão e trabalho: ruptura de laço social*. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 84-92, Junho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

O GLOBO. *Mais de 75 mil pessoas foram afastadas do trabalho por depressão em 2016. OMS alerta que, até 2020, mal será a doença mais incapacitante do mundo*. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/02/mais-de-75-mil-pessoas-foram-afastadas-do-trabalho-por-depressao-em-2016.html>. Acesso em: 11 nov. 2018.

TEIXEIRA, Márcia Cunha. *A invisibilidade das doenças e acidentes do trabalho na sociedade atual*. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 102-131, June 2012. ISSN 2316-9044. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v13i1p102-131> Acesso em: 13 jul. 2018.

TEIXEIRA, Sueli. *A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho*. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul./dez.2007. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Sueli_Teixeira.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.